

Abilio não teme que BRT vire novo VLT e propõe parceria com Governo

Rennan Oliveira/Secom Cuiabá



Da redação

A notícia de rescisão contratual entre o Estado e o Consórcio BRT não causou medo no prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL). Questionado sobre a possibilidade de as obras do novo modal se tornarem uma novela de paralisações, como no caso do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), Brunini afirmou não acreditar na possibilidade e ainda propôs um acordo com o governo do estado para tocar as obras.

“Não temo não. Acho que se até mesmo a gente puder fazer uma parceria com o Estado, a gente faz um trabalho conjunto e executa essas obras aí. Não é um bicho de sete cabeças. Pelo que os caras estão fazendo aí, são obras que a gente pode buscar parceria com o Governo do Estado e exercer em conjunto. Se o Governo do Estado precisar montar uma parceria com a gente para fazer junto, conte com a gente”, disse Abilio.

O VLT foi projetado para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil e foi marcado pela corrupção e en-

traves judiciais. Em dezembro de 2014, as obras foram interrompidas. Em 2018, o Governo do Estado rompeu o contrato com o Consórcio VLT e as obras permaneceram paralisadas por mais 2 anos. Somente no final de 2020 o governo decidiu substituir o modal pelo BRT, iniciando uma ‘nova novela’.

O governo do estado decidiu, nesta quarta-feira (05.02), rescindir o contrato com o consórcio responsável pelas obras do BRT (Bus Rapid Transit) em Cuiabá e Várzea Grande. A decisão foi motivada pelo não cumprimento reiterado do contrato, cuja obra iniciou em 24 de outubro de 2022 e tinha prazo para ser completamente entregue em 13 de outubro de 2024.

Após mais de dois anos e três meses desde a ordem de serviço, o consórcio só conseguiu executar pouco mais de 18% do empreendimento, além de não honrar compromissos com fornecedores, mesmo recebendo rigorosamente em dia do Governo.

Max Russi oferece apoio da Assembleia Legislativa a Abilio

Gilberto Leite



Da redação

O novo presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), afirmou que Casa de Leis está aberta para auxiliar o prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), a enfrentar os desafios da sua gestão na capital. Em entrevista, Max lembrou que já foi prefeito e, por isso, entende o tamanho da responsabilidade.

Russi também disse torcer para que Abilio faça uma gestão positiva e lembrou que Cuiabá é a principal cidade de Mato Grosso e, por isso, precisa receber a todos.

“É a principal cidade do nosso estado, é a nossa capital, né? A capital tem a obrigação de receber a todos os mato-grossenses. Tudo passa pela nossa capital e a gente torce e es-

pera muito que a gestão do Abilio dê resultados, traga benefícios, que melhore a nossa capital, que melhore a cidade, que receba todos que vêm de todo o Brasil e de todo o Mundo quando vêm visitar Mato Grosso”, declarou, em entrevista ao programa Bom Dia Mato Grosso, da TV Centro América.

Max também lembrou da sua época como prefeito e afirmou que o gestor precisa olhar a cidade 'de cima', enquanto seus secretários atuam 'nas pontas' da cidade.

“Então nesse começo a gente tá apoiando, tá ajudando, aquilo que precisar da Assembleia Legislativa, nós estaremos presentes. Eu já fui prefeito e eu costumo dizer o seguinte, pela experiência que eu tive como prefeito: o prefeito

tem que ser um grande gestor, ele tem que olhar a cidade de cima, ver para onde a cidade vai crescer, onde tem problemas no trânsito, onde tem dificuldade, fazer o planejamento. E, seus secretários têm que ir lá na ponta, ver o problema no PSF, ver o problema na UPA, ver o problema no trânsito, ver aquilo que na educação tá precisando, e o prefeito sentar e olhar a cidade com o olhar de administrador”, avaliou o deputado.

Em sua carreira política, Max já foi vereador e prefeito do município de Jaciara por dois mandatos seguidos, antes de se eleger deputado estadual.

Ainda sobre Abilio, que enfrenta um caos com as contas de Cuiabá e com a destruição causada na cidade pelas chuvas recentes, Max afirmou que o gestor da capital ainda não procurou a Assembleia. Porém, enfatizou que não só ele, como os outros deputados, estão disponíveis para ajudar Cuiabá.

“É importante a gente ter uma atenção especial com a nossa capital do estado, com o município de Cuiabá. As dificuldades são muitas e aquilo que precisar da Assembleia Legislativa, como eu tenho certeza também do Governo do Estado, nós estaremos lá à disposição para atender o prefeito, os secretários, a Câmara de Vereadores e os líderes comunitários. À população de Cuiabá, de uma maneira geral”, finalizou Max.

Após rescisão, empresas voltam a pedir ‘socorro’

Marcos Vergueiro/Secom-MT



Da redação

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL Cuiabá) protocolou no dia (5) novo ofício detalhando uma série de solicitações para minimizar os impactos sobre o setor de comércio e serviços gerados pelo atraso nas obras do Bus Rapid Transit (BRT). O documento foi direcionado tanto ao Governo do Estado como à Prefeitura de Cuiabá e reforça o diálogo feito no final de janeiro com o poder público.

Em recente sondagem feita com empresários localizados à Avenida Rubens de Mendonça (do CPA), a CDL Cuiabá identificou que 90% das empresas foram impactadas negativamente pelas obras. Em média, houve uma redução de 36% no faturamento quando comparado com 2023. Dois em cada dez estabelecimentos precisaram demitir para reduzir os custos.

O documento assinado pelo presidente da CDL Cuiabá, Júnior Macagnam, solicita respostas a cada um dos pleitos em um prazo de até 15 dias úteis.

“Queremos construir, com Governo e Prefeitura, uma forma de resguardar comerciantes e prestadores de serviço afetados. O ambiente era preocupante e ficou ainda mais agora, com a rescisão do contrato da empresa responsável pelas obras”, observa Macagnam.

Entre as principais solicitações feitas pela entidade, está a redução temporária, em regime excepcional, da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Os descontos variam de 50% a 100% conforme o grau de prejuízo de cada contribuinte afetado.

Outra reivindicação é a oferta de linhas de crédito especiais para as empresas prejudicadas, com juros de 2% ao ano, carência de até 24 meses e garantias flexíveis.

Para incentivar a manutenção do consumidor nas regiões afetadas pelas obras, a CDL Cuiabá sugeriu a realização de uma campanha conjunta de marketing. Entre as ações propostas, estão vale-compras para uso em empresas afetadas e o investimento em melhorias na infraestrutura – como sinalização viária e estacionamento gratuito.

Em contrapartida, a CDL Cuiabá irá oferecer consultoria gratuita para os empresários afetados, com capacitação em gestão financeira e marketing digital. “Nosso intuito é realmente superarmos esse problema, construindo uma pauta positiva para o comércio cuiabano”, afirmou Macagnam.

RESCISÃO DO BRT

Chefe da Casa Civil admite possibilidade de judicialização do contrato, mas garante que Governo já tem 'carta na manga' para resolver problema

Consórcio leva multa de R\$ 54 mi



Segundo Garcia, não há possibilidade de o Consórcio BRT barrar o andamento da obra

Da redação

Secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia revelou que o Governo do Estado aplicou uma multa de R\$ 54 milhões

ao Consórcio Construtor BRT Cuiabá após o rompimento do contrato pelo descumprimento do prazo para execução das obras. Em conversa com jornalistas na quin-

ta-feira, 6 de fevereiro, Garcia também garantiu que as obras do BRT serão concluídas.

Conforme Garcia, o Governo deu prazo de 5 dias para que o Consór-

cio BRT se posicione sobre os descumprimentos contratuais, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa. Apesar disso, Fábio admite que a multa de R\$ 54 milhões poderá ser questionada pela empresa, mas garante que não há possibilidade de barrar o andamento da obra.

"É um processo e eles tem 5 dias úteis para responder essa situação. Ela pode buscar a Justiça para discutir multa, mas não para impedir que o Estado realize uma obra pública. O Estado tem toda legitimidade de dar continuidade na obra", explicou.

Conforme o secretário, a população cuiabana e várzea-grandense "pode ter certeza" que a obra não ficará parada, como aconteceu com o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), cuja obra de implantação ficou abandonada por mais de uma década.

"Antes de tomar-mos uma decisão dessa, a gente já trilhou e des-senhou bem o caminho para que esta obra não fique para e será finalizada", comentou.

Fábio afirmou ainda que a continuidade des-sas empresas à frente das obras é "bem im-provável".

O rompimento do contrato com o Consórcio BRT foi anunciado nessa quarta-feira, 5. Segundo o governo, a decisão foi motivada pelo não cumprimento reiterado do contrato, cuja obra iniciou em 24 de outubro de 2022 e tinha prazo para ser completamente entregue em 13 de outubro de 2024.

Após mais de dois anos e três meses des-de a ordem de serviço, o consórcio só conseguiu executar pouco mais de 18% do empreendimento, além de não honrar compromissos com fornecedores, mesmo rece-

bendo os pagamentos do Governo em dia.

Ao anunciar a rescisão, o governador Mauro Mendes (União) pontuou que o Governo irá apresentar rapidamente alternativas para garantir a continuidade da obra. O diálogo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) já está em andamento neste sentido

BOTELHO DEFENDE RESCISÃO - O deputado estadual Eduardo Botelho (União), que até pouco tempo defendia a manutenção do Consórcio BRT, responsável pelas obras do modal em Cuiabá e Várzea Grande, para concluir as obras, agora mudou de posição e passou a defender a rescisão do contrato com o consórcio.

"Se tecnicamente ele rescindiu é porque não tinha outra opção. [Não vai ficar paralisada igual ao VLT], tem outro caminho aí", garante ele.

MODAL ATRASADO

Max Russi: "AL não está satisfeita com o BRT"

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Max Russi (PSB), afirmou que não está satisfeito com o andamento das obras do BRT (Ônibus de Trânsito Rápido, na sigla em inglês) em Cuiabá. Em coletiva de imprensa realizada na segunda-feira, 3 de fevereiro, Max cobrou que o Governo do Estado tome uma ação enérgica para garantir a conclusão da obra, aguardada pelos cuiabanos desde antes da Copa do Mundo de 2014.

Max prometeu dar apoio ao governador Mauro Mendes (União) na busca por uma solução para o atraso das obras. Ele também ressaltou que eventual rescisão do contrato com o Consórcio Construtor BRT Cuiabá pode acabar criando ainda mais atrasos e problemas nas obras do modal.

"Confesso que nem a Assembleia, nem o deputado [Max Russi], está feliz com o andamento das obras. Esperamos que o Poder Executivo tome todas as providências no sentido de fazer com que essa obra avance. É lógico que uma rescisão de contrato precisa ser muito bem pensada, porque qualquer coisa nesse sentido pode dificultar e atrasar ainda mais essas obras", afirmou.

O Governo do Estado convocou uma coletiva de imprensa para a tarde desta segunda, afirmando que seria anunciada uma decisão quanto ao modal. Durante o evento na Assembleia Legislativa, o governador foi questionado sobre esse assunto, mas desconversou, afirmando que ainda precisa analisar os dados que serão apresentados para, só então, anunciar uma decisão.

"Nós estamos conduzindo tecnicamente esse assunto, os procuradores estão debruçados nisso há 15 dias, os técnicos também, para que saia uma decisão madura e segura", disse. "Todo dia tomo decisão, vai depender das informações que vão chegar", desconversou.

RECOMENDAÇÃO DE ROMPIMENTO - Na semana passada, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), Sérgio Ricardo, recomendou que o Governo rescinda o contrato com o Consórcio BRT. Segundo o conselheiro, um levantamento realizado pelo TCE concluiu que apenas 18% das obras foram concluídas até agora, o que indicaria a incapacidade do Consórcio para entregar o BRT em Cuiabá.

Em nota à imprensa, o Consórcio BRT afir-



Max prometeu dar apoio ao governador na busca por uma solução para o atraso das obras

mou que está há mais de 15 dias negociando uma solução com o Governo do Estado e enfatizou que problemas ocorridos durante o contrato

resultaram em um prejuízo acumulado de R\$ 35 milhões, que precisa ser sanado. O Consórcio ainda aponta que a 'guerra política' entre

Mauro e o ex-prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), causou atraso de quase dois anos em alguns trechos do BRT.

NEPOTISMO

Juiz manda a prefeita Flavia Moretti demitir o marido



Ministério Público apresentou denúncia contra a contratação de Carlos, marido de Moretti

Da redação

O juiz Carlos Roberto Barros de Campos, da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande, ordenou que a prefeita Flavia Moretti (PL) demita o próprio marido, Carlos Alberto de Araújo, de cargo público. O marido da prefeita foi nomeado como secretário Municipal de Assuntos Estratégicos. A decisão foi publicada na segunda-feira, 3.

"Diante do exposto, e de tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedentes os pedidos da inicial, para determinar a 1) exoneração imediata de todo agente público nomeado em contrariedade à Súmula vinculante

13, STF e argo 96, caput e parágrafo único da Lei Orgânica Municipal; 2) elaboração de novo modelo de declaração padrão a ser submetida à assinatura dos nomeados em cargos comissionados e funções gratificadas, com m de verificar eventual inobservância da Súmula vinculante 13, STF e argo 96, caput e parágrafo único, da Lei Orgânica local.", decidiu.

O Ministério Público do Estado (MP-MT) apresentou denúncia contra a contratação de Carlos e pediu a intimação dos envolvidos para se manifestarem. Entretanto, a Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos de Várzea Grande (Previvag) alegou que não havia servidores em situação de nepotismo.

Porém, o magistrado explicou nos autos que nepotismo se configura a nomeação de cônjuge ou companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau para assumirem cargos e comissão ou de confiança. Esse entendimento é da própria Lei Orgânica do Município que proíbe esse tipo de nomeação, segundo o artigo 96.

"Em casos como estes narrados pelo requerente, é inaceitável que agentes públicos, servidores ou não, independentemente de sua área de atuação, possam deliberar, da forma como bem entender, as diretrizes que irão reger o exercício de suas funções sem, contudo, observar as normas que regem seus atos e, acima de tudo a moralida-

de administrava", sustentou.

O nepotismo é a nomeação de parentes para cargos públicos, prática proibida no Brasil desde 2008, com a Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal (STF). A regra veta a contratação de cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau para funções de confiança, comissão ou gratificadas em órgãos públicos. Em 2010, o decreto federal nº 7.203 reforçou a proibição no âmbito da administração pública federal. O objetivo dessas normas é garantir a impessoalidade e a moralidade no serviço público, evitando favorecimentos e assegurando que as contratações sejam baseadas em critérios técnicos e não em vínculos familiares.

LEI SECA

Foram realizadas 436 blitzes entre janeiro e dezembro de 2024, em nove municípios de Mato Grosso que aderiram à Operação Lei Seca

Blitzes prenderam 3,6 mil pessoas

Divulgação/PM-MT

Da redação

Durante as operações Lei Seca realizadas no ano passado pela Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso (Sesp), 3.675 pessoas foram presas por embriaguez ao volante em Mato Grosso. O número é 30% maior em relação ao ano anterior, quando houve 2.825 detenções.

Conforme dados do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), foram realizadas 432 edições entre janeiro e dezembro de 2024, em nove municípios que aderiram à Operação Lei Seca para prevenção de acidentes e mortes no trânsito.

Em todo o Estado, foram aplicados 65.711 testes de alcoolemia, que resultaram em 38.294 Autos de Infração de Trânsito (AIT), sendo 7.622 multas por condução de veículo sob efeito de álcool e 2.585 por recusa do teste e embriaguez.

Em Cuiabá e Várzea Grande o número de de-

tidos pelo mesmo delito chegou a 1.389 pessoas, o número é 20% maior do que no mesmo período de 2023, quando foram registradas 1.132 detenções.

Foram 169 edições da Lei Seca nas duas cidades, com a aplicação de 28.544 testes de alcoolemia, que resultaram em 13.478 multas, sendo a maioria por condução de veículos sob efeito de álcool, 2.951, e por recusas, 1.093.

Dentre as ações realizadas em Cuiabá e Várzea Grande, 27 edições foram voltadas para motociclistas e terminaram com a prisão de 30 pessoas. As ações totalizaram 5.350 testes de embriaguez aplicados, que resultaram em 2.637 multas, das quais 145 por dirigir sob efeito de álcool e 144 por recusas aos testes.

Do total de operações, 118 foram realizadas em Cuiabá, 51 em Várzea Grande, 50 em Sorriso, 48 em Sinop, 41 em Alta Floresta, 40 em Cáceres,

35 em Tangará da Serra, 32 em Barra do Garças e 17 em Nova Mutum.

O secretário adjunto de Integração Operacional da Sesp, coronel PM Fernando Augustinho de Oliveira Galindo, ressaltou que o aumento do número de prisões e autuações é consequência da ampliação do número de operações e da quantidade de testes de alcoolemias aplicadas durante as ações.

Ele ainda observou que a porcentagem do número de pessoas presas no ano passado reduziu em relação a 2023.

“Além do aumento de operações Lei Seca, os investimentos feitos pelo Estado nos últimos anos aumentaram a presença das forças de segurança nas ruas e isso também contribuiu para mudança no comportamento do cidadão, reforçando o compromisso do estado em levar mais segurança aos mato-grossenses”, destacou.



Em Cuiabá e Várzea Grande, o número de detidos por embriaguez ao volante chegou a 1.389

A coordenadora do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), tenente coronel PM Monalisa Furlam, lembrou a importância das operações, que têm como objetivo principal tirar

de circulação as pessoas embriagadas flagradas conduzindo veículos.

“O número de operações e testes de alcoolemia permitiu identificar e retirar das ruas milhares de condutores sob

efeito de álcool, reduzindo riscos de acidentes. Os dados demonstram a efetividade da Operação Lei Seca na preservação de vidas e na redução da imprudência no trânsito”, destacou.

ENERGIA SOLAR

MT supera 2,2 GW de potência na geração própria

Da redação

Mato Grosso registra mais de 2,2 gigawatts (GW) de potência instalada na geração própria de energia solar.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), o estado possui mais de 167 mil conexões operacionais de energia solar

em telhados e pequenos terrenos, espalhadas por 141 cidades, ou 100% dos municípios da região. Atualmente são mais de 201 mil consumidores de energia elétrica que já

contam com redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica.

Desde 2012, a modalidade já proporcionou a Mato Grosso a atração de R\$ 10,2 bilhões em investimentos, geração de mais de 67 mil empregos e a arrecadação de mais de R\$ 3,1 bilhões aos cofres públicos.

Para ampliar a sustentabilidade no estado, a ABSOLAR recomenda a criação e ampliação de programas, políticas e mais incentivos locais para o avanço da energia solar, incluindo, por exemplo, a inclusão da tecnologia fotovoltaica nos prédios públicos em geral, nas casas populares e nos programas de universalização de acesso à eletricidade.

Uma medida crucial é, na visão da ABSOLAR, a aprovação do Projeto de Lei nº 624/2023, que institui o Programa

Renda Básica Energética (REBE). O principal objetivo da medida é resolver o problema das negativas de conexão por parte das distribuidoras de energia, que tem impedido o início da operação de milhares de painéis solares residenciais em todo o país.

“Atualmente em tramitação nas comissões do Senado Federal, este PL é fundamental para a geração distribuída solar, pois resolve estruturalmente, via lei, o problema das negativas de conexão, feitas pelas distribuidoras sob alegação de inversão de fluxo de potência. Essas negativas estão impedindo milhares de consumidores brasileiros, entre residências, pequenos negócios, produtores rurais e gestores públicos, de exercer o seu direito de gerar a própria energia limpa e renovável, para redu-

zir sua conta de luz”, aponta Rodrigo Sawaia, presidente executivo da ABSOLAR.

O projeto também determina que as distribuidoras façam os investimentos necessários para garantir a conexão de novos clientes com microgeração.

“Como o projeto atualiza a Lei nº 14.300/2022, o marco legal da geração própria renovável, as distribuidoras ficarão proibidas de impedir os consumidores de conectar sua microgeração distribuída. Se for necessário algum reforço na infraestrutura elétrica para receber esta microgeração, a distribuidora ficará responsável por fazer este investimento diretamente, em vez de repassar estes custos ao consumidor”, acrescenta Tiago Vianna, coordenador estadual da ABSOLAR em Mato Grosso.



Gilberto Leite

Estado possui mais de 167 mil conexões operacionais de energia solar em telhados e terrenos

MERCADO AQUECIDO

Comércio e serviços aceleram geração de empregos

Da redação

Os mais recentes dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destacam o setor de serviços e comércio de Cuiabá na geração de empregos formais. Em 2024, o município de Cuiabá registrou 129.666 admissões e 122.873 demissões no ano. Isso significa um saldo positivo de 6.793 vagas e corresponde a uma alta de 6% em relação a 2023.

A prestação de serviços foi o setor com maior saldo anual de contratados (3.735 pessoas) na capital mato-grossense, contribuindo com 55% do montante total (6.793).

Em segundo lugar, está o comércio, com 1.639 pessoas (24%). Em terceiro lugar, veio a indústria, com 1.086 postos (16%).

“O setor de comércio e serviços é a base da economia cuiabana, fazendo com que nossa cidade cresça na oferta de empregos formais, na contramão do estado, da região Centro-Oeste e do Brasil”, observa Júnior Macagnan, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL Cuiabá).

Enquanto o saldo de carteiras assinadas em Cuiabá cresceu 6% em 2024, o cenário foi de retração generalizada, tanto na média estadual (queda de 34,3%), quanto regional (-10%) e nacional (-16%).

Comparando o ano de 2024 com o de 2023, o setor industrial foi o que mais cresceu quanto ao saldo de contratações em Cuiabá: 57% de incremento. Em seguida veio o setor de serviços, com 24% de alta anual, e então o comércio, com 7% de aumento.

O município de Cuiabá contribuiu com 26% do saldo total de vagas registrado por Mato Grosso ao longo de 2024. Depois da capital, Várzea Grande somou 3.298 postos de saldo anual, seguido por Rondonópolis (2.235) e Sinop (1.764).

O estado de Mato Grosso teve 651.726 admissões e 625.968 demissões no ano de 2024, resultando em um saldo de 25.758 vagas.

PERFIL - A análise dos dados do Caged permite conhecer o perfil dos profissionais contratados no município de Cuiabá. Em 2024, 55% dos contratados ao longo do ano eram do gênero masculino, e 45% tinham faixa etária de 18 a 29 anos. O setor de serviços contribuiu com 54% das admissões no ano, seguido pelo comércio (28%) e pela construção (10%).

Por outro lado, o perfil dos demitidos também tem predominância do gênero masculino (56%) e do setor de serviços (53%). Porém, 46% dos profissionais que deram baixa na carteira de trabalho em 2024 em Cuiabá tinham de 25 a 39 anos.



Gilberto Leite

Setor de serviços liderou a geração de empregos em Cuiabá, com o comércio em 2º lugar